

NARRATIVAS DE MULHERES CIENTISTAS NA PANDEMIA DA COVID-19: SENTIDOS, VIVÊNCIAS E DESAFIOS

NARRATIVES OF WOMEN SCIENTISTS IN THE COVID-19 PANDEMIC: MEANINGS, EXPERIENCES AND CHALLENGES

NARRATIVAS DE MUJERES CIENTÍFICAS EN LA PANDEMIA DE COVID-19: SENTIDOS, VIVENCIAS Y DESAFÍOS

Susana da Mata Ramos Geppert¹
Paula Regina Costa Ribeiro²

RESUMO

O artigo busca investigar os sentidos produzidos nas narrativas de docentes pesquisadoras dos Programas de Pós-graduação *Stricto Sensu*, na área da Engenharia, de uma Universidade pública federal brasileira, com vistas a problematizar as práticas sociais que emergem das vivências dessas cientistas, a partir de entrevistas realizadas com 10 (dez) professoras desses Programas, durante a Pandemia da COVID-19. Ainda, apresenta elementos concernentes ao quantitativo da produção acadêmico-científica dessas professoras, no período citado. Para tanto, procuramos dialogar com os Estudos de Gênero e Ciência e com as Teorias dos Estudos Feministas, nas suas vertentes pós-estruturalistas. A partir das análises realizadas, constatamos que a maioria das docentes que tiveram redes de apoio para a realização das tarefas familiares conseguiram se organizar, individualmente, fazendo com que as atividades realizadas no contexto pandêmico não tivessem interferência decisiva nas suas respectivas produções. Entendemos, dessa forma, que as atividades realizadas no contexto familiar, como os cuidados com os membros da família, imputados à mulher, e a carga mental sofrida, nesse período, conjuntamente às questões profissionais, acabaram por refletir a desigualdade de gênero, sendo premente a busca e a discussão ampla de políticas públicas que possam dar visibilidade aos trabalhos realizados por essas mulheres no meio acadêmico-científico.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres; ciência; pós-graduação; pandemia; engenharia.

ABSTRACT

The article aims to investigate the meanings produced in the narratives of female teacher-researchers from *Stricto Sensu* Postgraduate Programs in the field of Engineering at a Brazilian federal public university, aiming to problematize the social practices emerging from these scientists' experiences. This is done through interviews conducted with 10 professors from these programs during the COVID-19 pandemic. Additionally, it presents elements related to the quantitative academic-scientific production of these scientists during the mentioned period. To do so, we engage with Gender Studies in Science and Feminist Studies Theories, particularly in their post-structuralist strands. From the analyses conducted, we found that the majority of teachers who had support networks for family tasks were able to organize themselves individually, ensuring that the activities carried out during the pandemic context did not have a decisive interference in their respective productions. We also understand that activities carried out in the family context, such as caring for family members, primarily assigned to women, and the mental burden endured during this period, alongside professional matters, ended up reflecting gender inequality. Hence, there is an urgent need for the pursuit and broad discussion of public policies that can bring visibility to the work done by these women in the academic-scientific sphere.

KEYWORDS: women; science; postgraduate studies; pandemic; engineering.

RESUMEN

El artículo busca investigar los sentidos producidos en las narrativas de docentes investigadoras de los Programas de Posgrado *Stricto Sensu*, en el área de Ingeniería, de una universidad pública federal brasileña, con el objetivo de problematizar las prácticas sociales que emergen de las experiencias de estas científicas, a partir de entrevistas realizadas con 10 profesoras de estos Programas, durante la Pandemia de COVID-19. Además, presenta elementos relacionados con la producción académico-científica de estas científicas durante el período mencionado. Para ello, buscamos dialogar con los Estudios de Género y Ciencia y con las Teorías de los

¹ Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Brasil. Orcid: 0009-0005-4445-384X.

² Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Brasil. Orcid: 0000-0001-7798-996X.

Estudios Feministas, en sus vertientes post-estructuralistas. A partir de los análisis realizados, constatamos que la mayoría de las docentes que contaron con redes de apoyo para la realización de las tareas familiares lograron organizarse, individualmente, haciendo que las actividades realizadas en el contexto pandémico no tuvieran interferencia decisiva en sus respectivas producciones. Entendemos también que las actividades realizadas en el contexto familiar, como el cuidado de los miembros de la familia, atribuidas a la mujer, y la carga mental sufrida en este período, junto con las cuestiones profesionales, terminaron reflejando la desigualdad de género, siendo urgente la búsqueda y discusión amplia de políticas públicas que puedan visibilizar el trabajo realizado por estas mujeres en el ámbito académico-científico.

PALABRAS CLAVE: mujeres; ciência; posgrado; pandemia; ingeniería.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O mundo tem passado por profundas transformações nos últimos anos, fazendo com que haja uma adaptação necessária das formas como vivemos, pensamos e nos articulamos para podermos dar respostas a esses desafios. Dentre esses, a Pandemia, causada pelo vírus SARS-CoV-2, agente causador da COVID-19, talvez seja o maior e o mais impactante acontecimento, em função de ter propiciado uma grave crise sanitária global, que impactou, de modo profundo, decisivo e perturbador, a vida de todas as pessoas, sem exceção.

Essa crise sanitária foi considerada uma emergência de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e acabou marcando e trazendo profundas transformações sociais, como: falhas nos sistemas de saúde; agravamento de problemas como a pobreza, exacerbando as desigualdades sociais e, também, o grave sucateamento na Ciência, vivenciado por muitos países e marcado por falta de investimento em pesquisas e em ações que pudessem efetivamente dirimir as mazelas sociais.

O agravamento das desigualdades sociais nos faz refletir acerca dos seus reflexos como o cancelamento de aulas presenciais nas escolas e instituições universitárias privadas e públicas, de todo o país; o fechamento de parte das atividades comerciais, consideradas não essenciais; a restrição/proibição do funcionamento de locais de convívio comunitário, do transporte público e de outros espaços onde ocorresse a aglomeração de pessoas e, ainda, a transposição das atividades presenciais para a modalidade de ensino remoto com o fortalecimento e a configuração do chamado *home office* ou trabalho remoto.

Assim, entendemos que, dentro desses contextos, nesse período, foram as mulheres as mais atingidas, de forma mais contundente e consubstancial, recaindo sobre essas todos os tipos de atividades e responsabilidades. Segundo Denise Pimenta³ (2020), as epidemias e pandemias afetam muito mais mulheres do que homens, tendo em vista que essas são as

³ Com o intuito de dar visibilidade às mulheres autoras, às quais me refiro, optei por usar o nome completo, na primeira vez que referencio autores e autoras com quem dialogo.

responsáveis pelo cuidado com doentes e com a gestão dos recursos domésticos, ficando sobrecarregadas, sobremaneira, de forma psicológica e física.

Tal fato é confirmado, ao longo da história da ciência, quando percebemos discrepâncias entre a atuação de homens e de mulheres, em função de que, durante algum tempo, algumas atividades foram reconhecidas, majoritariamente, como masculinas. Nesse sentido, delineamos esse processo histórico, em que as mulheres foram pouco citadas, em função de seu acesso ser proibido às sociedades científicas, até meados do século XVII, reflexo da estrutura da sociedade daquela época.

Segundo Londa Schiebinger (2008), esse cenário somente sofreu uma mudança significativa no século XX, quando os movimentos feministas e de luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres permitiram que essas tivessem maior acesso à educação científica e às carreiras tradicionalmente ocupadas por homens.

Essas ações visavam aumentar o número de mulheres na ciência, com vistas à “preparação das mulheres”, tentando torná-las mais competitivas e propiciando melhores oportunidades para que alcançassem sucesso em suas carreiras (Schiebinger, 2008, p. 273).

Dentro dessa perspectiva, trazemos essa questão para o cenário nacional atual e indagamos como é a participação das mulheres na área das ciências. Conforme Gabriela Reznik (2022, p. 89), nesse cenário:

A questão sobre a maior inserção e participação das mulheres nas ciências e tecnologias surge nas políticas nacionais a partir de 2008, por meio do II Plano de Políticas para as Mulheres. No entanto, o debate esteve ausente nas políticas nacionais de ciência e tecnologia, com menção apenas a partir de 2016 (Reznik, 2022, p. 89).

Com base nas premissas supracitadas com relação às mulheres e aos espaços por essas ocupados, é que intentamos, no presente artigo, investigar os sentidos presentes nas narrativas de docentes pesquisadoras dos Programas de Pós-Graduação dos cursos *Stricto Sensu*, na área de Engenharia – Engenharia da Computação, Engenharia Oceânica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química e Engenharia e Ciência de Alimentos – com relação à conciliação da vida acadêmica dessas mulheres à vida familiar, bem como buscamos trazer elementos concernentes ao quantitativo de artigos acadêmico-científicos, produzidos por essas cientistas, durante o período de isolamento social, devido à Pandemia da COVID-19, a fim de pensarmos sobre essa produção científica durante esse período.

Buscamos, assim, dialogar com os Estudos de Gênero e Ciência e das Teorias dos Estudos Feministas, nas suas vertentes pós-estruturalistas, com vistas ao entendimento de como essas mulheres vêm se constituindo nos contextos mencionados.

CAMINHOS METODOLÓGICOS: DELINEANDO O PERFIL DAS ENTREVISTADAS E APRESENTANDO OS DADOS DA PESQUISA

Nesta pesquisa⁴, percorremos o caminho da Investigação Narrativa, que atua no “campo da constituição e formação dos sujeitos”, pois “é no processo de narrar e ouvir histórias que os sujeitos vão construindo tanto os sentidos de si, de suas experiências, dos outros e do contexto em que estão inseridos”, conforme Paula Ribeiro e Dárcia Ávila (2013, p. 72). Como afirma Jorge Larrosa (2018, p. 17), “tem a ver com as palavras, o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos”.

A partir dos primeiros movimentos de pesquisa, efetuados entre 2021 e 2023, com os Programas de Pós-Graduação supramencionados, procedemos ao *primeiro movimento de pesquisa*, que foi o mapeamento de todas as docentes dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Engenharia de uma Universidade pública federal brasileira, em nível de Mestrado, a partir da página dos Cursos, tomando por base o ano de 2021.

QUADRO 1 – Número de docentes pesquisadoras dos Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em nível de Mestrado, em 2021

Docentes dos Cursos de Pós-Graduação – Mestrado	Homens	Mulheres	Total
Engenharia de Computação	15	06	21
Engenharia e Ciência de Alimentos	05	12	17
Engenharia Mecânica	10	03	13
Engenharia Oceânica	12	0	12
Engenharia Química	11	03	14
TOTAL	53	24	77

Fonte: Autoria própria – Dados das páginas dos Programas de Pós-Graduação

⁴ O projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética por meio do Parecer 5.501.302, cujo Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) é 59209922.0.0000.5324. Nesse, as participantes concordaram com os termos apresentados e aceitaram participar da pesquisa, sendo assegurado o seu direito de não participação ou desistência em qualquer tempo. Aqui, foram utilizados pseudônimos, contribuindo para a garantia do anonimato das entrevistadas.

Assim, a partir do Quadro 1, podemos observar que obtivemos um total de 77 (setenta e sete) docentes. Desse quantitativo, 24 (vinte e quatro) são mulheres, distribuídas nos Programas de Pós-Graduação: 06 (seis) do Curso de Engenharia de Computação; 12 (doze) do Curso de Engenharia e Ciência de Alimentos; 03 (três) do Curso de Engenharia Mecânica e 03 (três) do Curso de Engenharia Química. Salientamos que, no Curso de Pós-Graduação de Engenharia Oceânica, não identificamos mulheres no Corpo Docente (Quadro 1). Esclarecemos que, no total, foram consideradas as professoras permanentes, colaboradoras e visitantes. Observamos que as aulas dos Programas em tela são ministradas majoritariamente por homens, com exceção do Curso de Engenharia e Ciência de Alimentos.

Após esse mapeamento, procedemos ao envio de convites às cientistas mapeadas. De um total de 24 (vinte e quatro) docentes pesquisadoras, obtivemos a resposta de 10 (dez) docentes: 04 (quatro) docentes do Curso de Engenharia de Computação; 01 (uma) docente do Curso de Engenharia Química e 05 (cinco) docentes do Curso de Engenharia e Ciência de Alimentos.

Em um *segundo movimento de pesquisa*, entrevistamos, no final de 2022, as 10 (dez) cientistas que aceitaram o convite. As entrevistas narrativas foram realizadas pelo aplicativo *Google Meet*, em função do distanciamento social, com base em um roteiro de perguntas, já pré-elaborado, tendo em vista o que pretendemos tecer como estudo. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, buscando uma melhor compreensão e registro de algumas narrativas, destacando-se que as gravações foram utilizadas apenas com o intuito de facilitar a transcrição, garantindo-se a privacidade das participantes.

Em um *terceiro movimento*, procedemos ao levantamento do quantitativo de produções acadêmico-científicas publicadas, no período de 2018 a 2023, com base na Plataforma Lattes, a fim de evidenciar essa produção, antes e após o período da Pandemia. Cabe ser ressaltado que, para efeito de quantificação, baseamo-nos apenas nos artigos publicados, por entender que melhor representam a produção científica das cientistas citadas, conforme Fernanda Staniscuaski (2021), quando afirma que “é usado o artigo por ser, ainda, a medida de sucesso na academia”.

Abaixo, apresentamos o Quadro 2 com o perfil e com a produção científica das docentes pesquisadoras entrevistadas.

QUADRO 2 – Perfil e quantitativo da produção científica das docentes pesquisadoras, participantes da pesquisa, com base na Plataforma Lattes

Codinome	Idade	Estado civil	Maternidade	Programa de Pós-Graduação	Publicação de Artigos de 2018 a 2023		Bolsista
					2023	2022	
Hd⁵	41 anos	Divorciada	01 filho - 10 anos	Engenharia de Computação	2023	02	_____
					2022	03	
					2021	01	
					2020	00	
					2019	01	
					2018	01	
Kd	41 anos	Solteira	Sem filhos/as	Engenharia de Computação	2023	00	_____
					2022	03	
					2021	06	
					2020	05	
					2019	05	
					2018	01	
Dd	44 anos	Solteira	Sem filhos/as	Engenharia de Computação	2023	01	_____
					2022	09	
					2021	08	
					2020	11	
					2019	06	
					2018	07	
Cd	42 anos	Casada	Sem filhos/as	Engenharia de Computação	2023	02	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2
					2022	05	
					2021	05	
					2020	03	
					2019	03	
					2018	04	
Jd	46 anos	Casada	02 filhos – 18 anos e 13 anos	Engenharia e Ciência de Alimentos	2023	00	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2
					2022	07	
					2021	06	
					2020	03	
					2019	08	
					2018	02	
Ad	40 anos	Casada	01 filha – 08 anos	Engenharia e Ciência de Alimentos	2023	00	_____
					2022	05	
					2021	03	
					2020	04	
					2019	01	
					2018	00	
Jd2	43 anos	Casada	01 filho – 17 anos	Engenharia e Ciência de Alimentos	2023	03	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2
					2022	04	
					2021	05	
					2020	04	
					2019	03	
					2018	06	
Ld	43	Casada	01 filho –	Engenharia e Ciência	2023	03	Bolsista de Produtividade
					2022	07	

⁵ As docentes pesquisadoras são denominadas com a primeira letra do nome e mais a letra “d” (docente) para preservação das identidades, conforme supracitado. Foram utilizados pseudônimos com o intuito de garantir o anonimato.

	anos		03 anos	de Alimentos	2021	10	em Pesquisa do CNPq – Nível 2
					2020	10	
					2019	05	
					2018	02	
Ed	67 anos	Casada	01 filho – 36 anos	Engenharia e Ciência de Alimentos	2023	02	Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2
					2022	13	
					2021	13	
					2020	11	
					2019	18	
					2018	14	
Vd	42 anos	Casada	01 filha – 02 anos	Engenharia Química	2023	00	_____
					2022	00	
					2021	00	
					2020	01	
					2019	00	
					2018	01	

Fonte: Autoria Própria (2023).

Com relação ao grupo que entrevistamos (Quadro 2), temos como perfil das participantes 10 (dez) cientistas, dentre essas, 07 (sete) são mães: 06 (seis) eram casadas e moravam com seus companheiros e com seus filhos/as e 01 (uma) era divorciada e morava com 01 (um) filho de 10 (dez) anos, no exterior. Temos, ainda, mais 03 (três) cientistas, que não possuíam filhos/as: 01 (uma) delas era casada e morava com o companheiro e 02 (duas) cientistas eram solteiras. Todas se consideraram brancas e heterossexuais, sendo que 09 (nove) pesquisadoras estavam em uma faixa etária entre 40 (quarenta) e 46 (quarenta e seis) anos, tendo apenas 01 (uma) de 67 (sessenta e sete) anos. A idade dos/as filhos/as variava de 02 (dois) a 36 (trinta e seis) anos.

Tivemos entre a totalidade de pesquisadoras docentes: 05 (cinco) Bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível 2, entre essas, 04 (quatro) do Curso de Pós-Graduação em Engenharia e Ciência de Alimentos, casadas e com filhos/as e 01 (uma) do Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Computação, casada e sem filhos/as.

Contudo, não intencionamos universalizar o termo “mulher”, tendo em vista que entendemos esse termo como constituído pela pluralidade, que é como entendemos o grupo, o qual entrevistamos.

Ao “uniformizarmos”, estaríamos indo ao encontro da premissa de que, no mundo inteiro, a ciência é realizada majoritariamente por indivíduos brancos e, ainda, estaríamos desconsiderando a singularidade de cada uma das docentes que compõem a presente pesquisa, o que as constitui e o que as produz.

Sob esse viés, queremos, aqui, trazer para a pauta a retomada histórica indicada pelos movimentos feministas, que “foram os primeiros na história moderna a política e

organizadamente questionar e resistir a construções socioculturais do que significava ser mulher. Entretanto, enquanto o faziam, construía novos conceitos para substituir o antigo.” (Oliveira; Noronha, 2016, p. 743).

Assim, ao trazemos essa questão, evocamos Judith Butler, quando essa desafia as noções tradicionais de identidade de gênero e enfatiza que o gênero é uma construção social e cultural que pode ser questionada e subvertida, realizando uma crítica interna ao feminismo. Oliveira *et al.*, 2016, p. 744, citando a autora, evocam “a naturalidade desse discurso em dois pontos principais: a descrição de identidade (mulher) e a representação política (feminismo).”

Para Adriana de Oliveira e Joanna Noronha (2016)⁶, a partir de sua crítica à pretensão de universalidade, “Butler parte para uma crítica ao uso desse conceito como sujeito do próprio feminismo, questionando mais radicalmente o próprio conceito de mulher”. Segundo Judith Butler (2019, p. 69), “argumenta-se que as mulheres devem desempenhar certas funções sociais e não outras, que as mulheres devem se restringir apenas ao domínio reprodutivo.”.

Partindo da abordagem de uma visão de “pluralidade”, trazemos à tona a questão da interseccionalidade⁷, que destaca a relevância de compreender as identidades e as experiências de cada indivíduo para oferecer um tratamento mais igualitário e equânime a todos/as.

Portanto, nas entrevistas, buscamos delinear o perfil das mulheres da presente pesquisa, seus silenciamentos e suas vozes, verificando quais as implicações e os atravessamentos que vivenciaram na sua vida cotidiana e profissional, por conta do período diferenciado em que estavam vivendo. Procuramos identificar como essas mulheres vêm atuando em cursos que são considerados como eminentemente masculinos e, também, o estabelecimento das tarefas que realizam, julgadas, culturalmente, muitas vezes, como femininas, como o cuidado com os filhos/as, os afazeres domésticos.

⁶ Optamos por colocar os nomes dos/as autores/as por extenso, quando se destacarem até dois autores/as, como forma de visibilização.

⁷ O conceito de interseccionalidade foi criado em 1989 por Kimberlé Crenshaw, ativista americana de direitos civis e estudiosa da teoria crítica racial, vertente que examina o racismo como algo naturalizado na sociedade por meio das instituições e leis e não apenas por indivíduos. Interseccionalidade “é uma conceitualização do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.” (Kimberlé Crenshaw, 2002, p. 177). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2024.

Buscamos, portanto, problematizar os discursos e as práticas sociais que estiveram e ainda estão implicados na constituição das entrevistadas, algumas vezes, impondo-lhes modos de ser e de agir como mulheres cientistas e suas inter-relações com o espaço familiar, no período pandêmico.

APRESENTANDO ALGUMAS NARRATIVAS E TECENDO DISCUSSÕES

Com base nos principais movimentos de pesquisa delineados até o momento, apresentamos, nesta seção, algumas narrativas produzidas pelas participantes, com vistas à análise dos sentidos produzidos nas entrevistas e, também, os dados quantitativos pesquisados, referentes à produção acadêmico-científica das pesquisadoras docentes (Quadro 2).

Para Sandra Corazza (1996, p. 124), cada prática de pesquisa é uma linguagem, uma prática discursiva, que está assinalada pela formação histórica na qual foi constituída. Tal formação “marca o lugar discursivo de onde saímos; de onde falamos e pensamos, também de onde somos faladas/os e pensados/os; de onde descrevemos e classificamos a(s) realidade(s)”.

Assim, não procuramos estabelecer verdades incontestáveis, contudo entendemos que existem regimes de verdades que sustentam epistemologicamente os nossos “óculos teóricos” de um modo incompleto, provisório e cambiante, conforme afirmam Roniel Santos Figueiredo e Marcos Souza (2021).

Trazemos a ideia de que as entrevistas devem ser entendidas não como reveladoras da “verdade” sobre cada uma das sujeitas, mas como “eventos discursivos complexos, forjados não só pela dupla entrevistador/entrevistado, mas também pelas imagens, representações, expectativas que circulam – de parte a parte – no momento e situação de realização das mesmas e, posteriormente, de sua escuta e análise.” (Silveira, 2007, p. 118).

Portanto, evidenciar as narrativas produzidas pelas participantes implicou considerar que não há nada oculto na fala das entrevistadas, que necessite ser revelado. Como afirma Fabiane Silva (2012, p. 52), “analisar as entrevistas compreendeu explorar o que foi dito, o que estava posto, o que estava dado, considerando que as palavras também são construídas sempre em relações de poder.” Ainda, vai ao encontro do afirmado por Paula Henning (2008, p. 122), de que “não há nada oculto. Há práticas e discursos que vão constituindo os objetos dos quais falamos.”

Pelo exposto, buscamos, assim, problematizar alguns dos sentidos que estiveram e entendemos que estão implicados na constituição das entrevistadas como mulheres cientistas, a partir dos contextos em que se encontravam, ou seja, pesquisadoras docentes que tentavam adaptar-se a um novo espaço familiar no período pandêmico, agora permeado por toda a gama de atividades profissionais e, muitas vezes, ainda tentando dar conta dos afazeres domésticos como o cuidado de familiares.

Consideramos que o período da Pandemia foi demasiadamente desafiador, portanto, realizar a discussão sobre desigualdades de gênero nesse contexto, no qual o ambiente doméstico torna-se um espaço de trabalho de mulheres, remete-nos à situação premente de que algumas delas residiam em unidades familiares, divididas, muitas vezes, com companheiro e/ou filhos/as, às vezes ainda pequenos (Castro; Chaguri, 2020).

A partir desse contexto domiciliar, atividades como limpeza, preparo de refeições e atenção aos filhos confundiram-se com as atividades com demandas variadas da vida profissional, como lecionar, orientar, ler e revisar textos, dar pareceres, redigir artigos, participar de seminários ou de reuniões administrativas em ambiente virtual, entre outras, como afirmam as autoras. Essa realidade foi vivenciada pela docente Hd, que afirmou: *“Cheguei ao ponto de colocar o notebook sobre o fogão, porque eu tinha que cozinhar. Aí, liguei a boca errada e quase queimei o meu notebook”*.

Ainda, dentro dessa perspectiva de o período pandêmico ser desafiador, observamos que todas as pesquisadoras entrevistadas, sendo mães ou não, destacaram que, em maior ou menor intensidade, foram acometidas por uma gama de inseguranças e incertezas, em função do período inimaginável em que viviam, o que pôde ser retratado por Cd, que residia somente com o companheiro: *“Acho que ela foi bem estressante, porque primeiro tinha todas as dívidas do que estava para vir, quanto tempo a gente vai ficar, se iria sobreviver, quem iria sobreviver às incertezas... [...]No primeiros meses, eu demorei a me adaptar, ficava aquele misto: será que eu tenho que aproveitar como férias, descansar agora ou vou preparando? Depois, entrou em um ritmo, assim, do tipo vai ser longo.”*

Nessa época, a *sobreposição de tarefas* como as relatadas, espaços e tempos, debruçaram-se de forma exaustiva sobre homens e mulheres nesse período de trabalho remoto. Entretanto, esses fatores relacionados às atividades laborais dos homens foram, de certa forma, respeitados. No entanto, para as mulheres, nas mesmas condições, impuseram-se a constância de interrupções pelas crianças ou outros membros da família.

Partindo dessa abordagem, chamamos a atenção para a questão de que essa realidade entre o trabalho e a vida pessoal ficou ainda mais tênue nesse período, ou seja, mulheres que trabalhavam fora, antes da Pandemia, como as pesquisadoras docentes deste estudo, viram-se enfrentando dificuldades para estabelecer limites claros entre o tempo de trabalho e as responsabilidades domésticas, muitas vezes, culturalmente, a essas delegadas.

Como afirmam Castro e Chaguri (2020, p. 24), “no caso específico das professoras e pesquisadoras, tornou-se impossível a *concentração constante e duradoura* que foi exigida para o conjunto de tarefas que conformariam o conteúdo de trabalho.” Tal questão pôde ser evidenciada pela docente pesquisadora Vd, que possuía uma filha pequena, quando retratou que a Pandemia foi um dos piores momentos de sua vida, tendo em vista haver uma *autocobrança*, assim como cobrança dos filhos que ia muito além de sua presença física. Houve cobrança de uma dose de atenção mais apurada, mesmo quando estava ministrando as disciplinas. Assim, relatou que foi difícil, porque, por vezes, estava ministrando aulas, sincronamente, e, nesse momento, a filha a chamava.

A docente pesquisadora Hd ainda relatou: “*Mas, foi o caos da minha vida esse Congresso, porque era reunião manhã, tarde e noite. [...] Era reunião com horário... Assim ...Eu quase enlouqueci!!! Aí, meu filho, na época, perguntava quando eu voltaria para casa. Essa frase foi uma facada no coração. Porque você em casa, e, aí, meu filho falar isso! Foi um dos piores períodos...*”

Tal fala é de uma docente pesquisadora que morava com seu filho no exterior e mostra o quanto esse *distanciamento entre casa e trabalho* ficou encurtado para aqueles/as que compartilhavam dos mesmos ambientes, naquela época. Ainda aponta que houve uma autocobrança e também sentimento de *culpa* por não poder dar atenção ao filho, no momento em que esse precisava.

A questão da culpa foi lembrada pela docente Vd, quando relatou: “*Se eu tiver que sair e deixar a bebê com ele, ele faz tudo [...] Mas, a gente sempre brinca que nasce a mãe, e nasce uma culpa, né? Porque a gente está sempre se sentindo culpada. Então, por exemplo, às vezes, ela não tá muito bem, e aí? Dá para levar para escola? Dá... Mas, tu fica pensando: “Poxa, tô levando para a escola”. Ela precisa ficar com a mãe. [...] Então, é muito desafiador! Porque para mãe tem todo seu lado psicológico, a gente acaba se culpando muito... [...]tu tá sempre com aquela coisa que parece que tu não estás fazendo suficiente... Então, é bem complicado! Não é que o pai não ligue, mas eu vejo o Y (pai), se ele tem que se concentrar em algo do trabalho, ele se desliga e fica concentrado naquilo ali. Eu não*

consigo... Se eu tiver preocupada com ela, tudo irá me tirar a atenção e isso para um trabalho que exige concentração.”

Com relação à culpa da mulher, Ailton Dias Melo (2021, p. 122) afirma:

Se perguntar o motivo pelo qual a culpa perpassa as mulheres de diferentes gerações e classes sociais, diversas esferas da formação acadêmica e da localização no mercado de trabalho não significa buscar a origem histórica da culpa e nem muito menos reconstruir ligações lineares entre tempos e espaços socio-históricos-culturais. É se perguntar pelas condições de sustentação desse cenário, não de outros tantos possíveis. É se inquietar diante dos jogos de poder, pelas relações de poder, pelas estratégias de organização social. É problematizar o *status quo* histórico do homem, da masculinidade, do patriarcado.

Destacamos, na fala da docente entrevistada, a questão da culpa que acompanha sempre a condição da maternidade. Assim, trazemos o afirmado por Castro e Chaguri (2020, p. 25), as quais apontam “que a maternidade não deve ser vista apenas pela perspectiva biológica. Ao contrário, olhar para ela revela como o gênero é socialmente construído.” As autoras destacam que, para refletir sobre os relatos de sofrimento em tempos de pandemia, é preciso questionar o quanto esses ideais promovem um novo repertório de opressão às mulheres, tendo em vista que, ao não exercer o que, segundo as autoras, seria a “boa maternidade”, sofre-se tanto com o julgamento social quanto com o sentimento de culpa por não alcançar esse ideal.

Essa narrativa nos remete à questão das características “femininas” e “masculinas” que definem e distinguem mulheres de homens em um determinado contexto sócio-histórico, conforme afirmam Fabiane Silva e Paula Ribeiro (2012). As características supracitadas, suscitadas por Vd, remetem à existência de uma matriz biológica, de condições comuns entre todas as mulheres, principalmente ao tentar naturalizar o “papel” de cada mulher que deseja ser mãe. “Tal entendimento opera com uma noção universal, trans-histórica e transcultural de gênero que remete ao ‘determinismo biológico’, ou seja, ao pressuposto de que é o sexo biológico que determina as características e funções sociais diferenciadas entre mulheres e homens.” (Silva e Ribeiro, 2012, p. 14).

Essa discussão nos permite inferir que há o respaldo da ciência, funcionando como justificativa para diferenças de gênero, posicionamentos sociais e os efeitos desses discursos científicos, que produzem os sujeitos. Joanalira Magalhães (2008), quando analisa os discursos da neurociência, procede à problematização de como esses discursos acabam por naturalizar as diferenças entre mulheres e homens, instituindo, assim, as masculinidades e as feminilidades.

Assim, ainda sobre a questão biológica, que intrinsecamente remete à condição do cuidado e tratando das diferentes situações impingidas às mulheres, culturalmente, Flávia Biroli (2020, p. 02) afirma que:

A atribuição desigual da responsabilidade pelo trabalho de cuidado está ancorada em relações de poder desequilibradas que antagonizam valores como liberdade e igualdade. Cuidar de outras pessoas provavelmente não será uma escolha para mulheres que aprendem desde cedo que o trabalho doméstico e os cuidados gratuitos fazem parte de seus papéis naturais.

Conforme apontam Letícia Barbieri Martins e Rosemar dos Santos (2023), no Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º caput, expõe que “todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (Brasil, 1988, p. 13), porém não dispõe sobre garantias efetivas de igualdade entre homens e mulheres (Martins; Santos, 2023, p. 07).

Portanto, quando tratamos dessa condição dos diferentes “papéis”⁸, pelos quais as mulheres são interpeladas e subjetivadas, muitas vezes, tensionamos esses estigmas das mudanças ocasionadas pela Pandemia, como a incorporação do *home office* ou trabalho remoto para as mulheres e deparamo-nos com a dupla/tripla jornada de trabalho desempenhada por essas em fluxo contínuo, conforme afirma Ricardo Machado (2021). Tal fato, composto não somente pelo “trabalho remunerado, mas também pelo trabalho doméstico, não remunerado, associado às tarefas do lar e do espaço doméstico, à alimentação da família, educação dos filhos, cuidado de crianças, idosos, doentes, dependentes e outros. Responsabilidades essas socialmente naturalizadas como tarefas exclusivas das mulheres” (Machado, 2021. p. 08).

A produção desses “papéis” ocorre na medida em que há diferentes percepções dessas categorias, a partir das práticas sociais nas quais se impõe a dualidade do que deve ser masculino ou feminino. A função inata do cuidado foi associada à mulher como justificativa de que nela os instintos maternos estariam aflorados, além do zelo pelos filhos e pelas tarefas domésticas, o que foi tomando vulto e perpetuado ao longo da história.

⁸ Neste trabalho, colocamos “papéis”, entre aspas, a fim de problematizar o sentido da referida palavra, como afirma Louro (1997, p. 07-08): “Assim, no Brasil, será já no final dos anos 80 [...] feministas passarão a utilizar o termo “gênero”. A característica fundamentalmente social e relacional do conceito não deve, no entanto, levar a pensá-lo como se referindo à construção de papéis masculinos e femininos. Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas. [...] . Discutir a aprendizagem de papéis masculinos e femininos parece remeter à análise para os indivíduos e para as relações interpessoais. As desigualdades entre os sujeitos tenderiam a ser consideradas no âmbito das interações face a face.”

Quando pensamos nessa questão destacada acima, com relação à dualidade, trazemos à tona questões de isolamento social que afloraram no contexto pandêmico e a ambiguidade de posição para as mulheres cientistas: entre a casa e a universidade; entre o trabalho de cuidado, o trabalho emocional e o trabalho intelectual (Castro; Chaguri, 2020, p. 24).

Para as mulheres, com todo o trabalho realizado e, também, transitando por todos esses espaços, tensionadas por questões de ordem emocional, vimos que o estresse foi intensificado nessa época em tela, e, com isso, vieram as dores físicas, como afirmou a docente pesquisadora Hd: *“Tanto é que eu tive muita lesão, quebrei o dedo, torci... Eu joga vôlei. Tive várias dores de cabeça, que era só tensão. Eu tenho a cefaleia tencional. Tomava remédio e não passava. Acabou que terminou o Congresso, e terminou a cefaleia.”*

Trazemos, nesse mesmo contexto, a fala de Jd2: *“Acho que todo mundo, no começo, quase perdeu os cabelos. Aí, quando começou, eu lembro que meu marido e a senhora que trabalhava lá em casa ficava conversando sobre o que iriam comprar. A D. Maria queria comprar uma abóbora porque a abóbora iria durar um mês. (risos...). A gente fazendo conta de cabeça para ver o que iria comprar.”*

Sobre a questão da *carga mental*, Castro e Chaguri (2020, p. 26) ilustram que, em meados dos anos 1980, Monique Haicault cunhou a ideia de “carga mental”, trazendo sua experiência para descrever o quanto as mulheres inseridas no mundo do trabalho apresentavam um constante cansaço, quando trabalhavam em domicílio na indústria têxtil. Assim, sobrepujam espaços e tempos de trabalho.

Na fábrica, as mulheres planejam a vida doméstica, pensavam sobre as compras da semana e do mês, nas contas a pagar e nas tarefas que têm para cumprir, ou seja, a casa as acompanha na fábrica, de modo que a carga mental não está na justaposição ou na somatória de atividades, mas na sua sincronicidade, na sua simultaneidade (Castro; Chaguri, 2020, p. 26).

De acordo com Monique Haicault (1984, p. 275, tradução livre):

[...] a carga mental é feita de ajustes perpétuos [...] onde se perde o corpo e a cabeça para recuperar o atraso do tempo com o tempo, para tentar gerenciar com o tempo, o tempo perdido. A carga mental está cheia desses pequenos censores que dizem de maneira simples e tão frequente: ‘Não tenho tempo’.

Portanto, com essa carga mental exacerbada, muitas vezes, veio o *adoecimento físico e mental*. Pimenta (2020) também traz essa questão do adoecimento quando relata que a sobrecarga do fluxo contínuo de atividades, sem direito a repouso, afetou a saúde das

mulheres no período pandêmico, mais severamente daquelas que necessitam de recursos específicos, de uso expressivo de concentração, para o estudo e a realização de vídeos e apresentação de aulas *on-line*.

Nas entrevistas realizadas, tais fatos emergiram, preponderantemente, nas narrativas das pesquisadoras, majoritariamente para aquelas que tinham filhos/as pequenos/as, como o caso de Vd: *“Foi horrível para todo mundo, porque a gente trabalhava naquele ambiente de casa. Eu sou paranoica e eu acho que a maioria das mulheres também é. Aí, eu estava aqui trabalhando, aí tinha um intervalo, e eu ia, colocava uma roupa na corda, aí voltava, ainda mais que não podia vir ninguém na tua casa.”*

Partindo da fala de Vd, entendemos que a Pandemia da Covid-19 afetou substancialmente a vida social e a organização desses espaços de convívio coletivo: *“As condições sociais de produção e reprodução da ciência se transformaram como parte dessa crise global sem precedentes”* (Candido *et al*, 2021, p. 31).

Assim, além das tarefas do trabalho remunerado e não remunerado já assumidas pela mulher, incorporou-se, com a Pandemia, o trabalho de prevenção e promoção da saúde de si e dos demais familiares. Houve um acúmulo maior de tarefas que concorreram entre si. Então, pode-se dizer que o tempo de trabalho e o de não trabalho tornaram-se impossíveis de se dissociar e distinguir, situação que corrobora, por conseguinte, com a destituição dos tempos de descanso e de lazer da mulher (Pimenta, 2020). Assim, sabe-se que, ao redor do mundo, e, especialmente no Brasil, as mulheres são desproporcionalmente impactadas pelas epidemias e emergências sanitárias (Wenham *et al.*, 2020).

A entrevistada Hd contou como foi o período vivenciado: *“Teve um momento em que eu desliguei. [...]trabalhei muito e, no final, fiquei doente. Cheia de dor, cheia de lesão, cheia de coisa. Eu era aquela pessoa que esterilizava tudo [...]. Então, foi um período bem difícil. Foi um dos piores períodos... Tanto é que eu tive muita lesão, quebrei o dedo, torci [...]. Tive várias dores de cabeça, que era só tensão. Eu tenho a cefaleia tencional. Tomava remédio e não passava. Aí, eu virei a chave ...”*

A docente pesquisadora casada e sem filhos, Cd, relatou: *“Alguém sempre está doente, alguém próximo. E a gente está sempre com medo de estar doente. Neste segundo semestre, tá mais tranquilo, tá menos pesado. Até agosto, estava tendo a segunda onda de Covid com os professores.”*

Então, quando há o adoecimento, existe a necessidade precípua do *cuidado*, aspecto que reverberou em todas as entrevistas realizadas, sendo as entrevistadas mães ou não. Aqui,

tensionamos a questão do cuidado e do autocuidado, colocando em suspenso: “Quem cuida dessa mulher, quando essa adoecer?”

Quando pensamos no cuidado, evocamos esse viés da questão cultural, naturalizado, em que à mulher cabe a posição do cuidado, Schiebinger (2008) afirma que tal fato surgiu com a emergência de instituições e a determinação de normas e métodos restringiu a inserção e a participação das mulheres nesse âmbito. Por muito tempo, com algumas exceções, as mulheres não puderam desenvolver pesquisas nem mesmo como auxiliares, já que, até recentemente, eram impedidas de frequentar as instituições de ensino, pois a elas cabia assumir o cuidado doméstico, da casa, dos filhos e do marido. Assim, não sobrando tempo para essa mulher para o autocuidado, em face a tantas demandas existentes.

Ademais, retratando a questão histórica com relação à assistência aos doentes, Ana Colling (2015) lembra que essa condição era própria das profissões de mulheres da classe média, tendo em vista que as escravas e as mulheres pobres sempre trabalharam. Portanto, se cuidavam de seus filhos e filhas, poderiam muito bem cuidar dos filhos/as de outrem com o mesmo apreço e, se cuidavam dos idosos doentes, mães, pais, sogros e sogras com “devoção feminina”, poderiam cuidar de outras pessoas.

Trazemos, assim, o fragmento da entrevista de Ld, que trata sobre a tentativa dessa conciliação entre as atividades e o cuidado não só dos filhos/as, mas também de outros membros da própria família, como foi a assistência ao sogro doente, quando afirmou: “*A gente ficava se revezando. A gente teve que os dois ficar fazendo isso. A gente não pode contar com outras pessoas. Meus pais não moram aqui e o pai do meu marido também esteve doente.*”

Aqui, reforçamos os pontos a serem destacados como a jornada de trabalho e o cuidado com as pessoas da família, fatores impingidos à mulher, culturalmente, e estigmatizados ao longo da história.

Dentro desse viés, trazemos os dados fornecidos pelo Relatório Anual da ONU Brasil (2022), que trata do trabalho doméstico e do cuidado não remunerado. Tais dados indicam que a proporção de horas diárias dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por homens brancos é de 5,3% em comparativo com mulheres brancas, que é de 11,4%, com 14 anos ou mais de idade.

Isso pôde ser reforçado nas narrativas deste estudo, conforme salienta a docente pesquisadora Hd: “*Eu tinha que trabalhar e cozinhar. Tinha várias reuniões que marcavam*

às 10 e meia, 11 e meia da manhã. Eu falava: “Gente, esse povo não tem filho!” Às vezes, no meio da reunião, gritavam: “Fulano, o almoço tá pronto”.

Na Pandemia, a atenção com a saúde se tornou ainda maior e, portanto, intensificou-se a responsabilidade das mulheres. Houve a necessidade, dessa forma, de precauções de higiene do lar, desinfecção de compras e materiais adquiridos, educação das crianças para o uso de máscaras e álcool em gel, auxílio às crianças nas tarefas da escola de forma remota, cuidado para evitar a Covid-19, junto aos demais membros da família e a outros, cuidado daqueles que se infectaram, apoio emocional e psicológico para enfrentamento da nova realidade de vida trazida pela Pandemia, bem como para lidar com o luto e, assim, com perdas materiais e com perdas humanas irreparáveis.

Dentro da abordagem do cuidado, trazemos à tona a questão das *redes de apoio*⁹ e as possíveis relações dessas com a produção acadêmico-científica das participantes da Pesquisa, o que reverberou nas entrevistas realizadas.

Portanto, ao evocar a questão concernente a essas redes, abrimos espaço para tratar da questão da *sororidade*. Maria Rozana Rodrigues (2021, p. 127), ao tratar sobre as redes colaborativas, aponta que, por meio da sororidade, essas redes demonstram ser “ferramentas de resistências para romper com discursos construídos histórica e culturalmente”. Nesse sentido, tem-se uma outra forma possível para o fazer científico, “de modo a se estabelecer outras maneiras de inserção e de permanência na ciência, por meio da unidade entre as mulheres, como as redes colaborativas e a sororidade.” (Rodrigues, 2021, p. 127).

Nas entrevistas realizadas, isso pôde ser observado nas narrativas de Hd, que experienciou tal prática em nível profissional, como afirma: *Juntei-me com uma professora da Universidade X, que estava desesperada com 09 (nove) orientandos. Virei amiga dela ... Às vezes, eu ia para casa dela, levava o notebook, levava o dia pesquisando e trabalhando e eu ajudei a orientar vários dos alunos dela e desses encontros foi gerado muito artigo*. Dd também afirmou que precisou de um suporte, em nível pessoal, o que reverberou em termos de produções nesse período, o que se observa quando a entrevistada afirma: *Logo que começou a Pandemia, como moro sozinha em Rio Grande, eu fui para cidade X e fiquei com minha irmã, porque só tenho ela de família. Para ter companhia. Ela que saía mais e ia ao supermercado. Então, foi bom ter esse suporte para trabalhar*”.

⁹ Aqui configuramos as redes colaborativas como redes de apoio.

Assim, tratando ainda sobre o viés da produtividade, partimos dos estudos realizados pelo Movimento *Parent In Science – PIS*¹⁰, em que se investigou o impacto da maternidade na carreira das cientistas brasileiras, onde se observou que há um grande impacto da *maternidade na produtividade*.

Os resultados mostraram que, após o nascimento dos filhos, há repercussão imediata na produtividade das cientistas, com redução do número de publicações científicas. Para o Movimento, “essa redução é percebida de forma semelhante em diferentes áreas, incluindo as ciências da saúde, e não se restringe ao período de licença-maternidade – parece durar pelo menos quatro anos após o nascimento do primeiro filho.” (Carpes *et al.*, 2022, p. 02). Assim, com a Pandemia, tendo em vista o isolamento social, precisou-se realizar todo o tipo de atividade, dentro do contexto domiciliar e, portanto, a dinâmica da família foi alterada.

Ainda, o PIS (2022, p. 04) acrescentou que “a diminuição do número de novos projetos, iniciados em 2020, no contexto da pandemia, foi mais acentuada para as cientistas mulheres e com filhos pequenos, entre 0 e 5 anos de idade”. Para o Movimento, “as cientistas brasileiras mães e as cientistas negras, independentemente da maternidade, tiveram maior dificuldade em manter a submissão de artigos no período da pandemia” (Carpes *et al.*, 2022, p. 04). Observamos tal fato com relação à pesquisadora Vd (Quadro 2), que não teve publicação no período de 2020-2023. Nesse período, teve o advento da maternidade.

Contudo, ao analisar as narrativas da presente pesquisa, aliadas aos dados quantitativos apresentados, (Quadro 2), pontuamos que, em um primeiro momento, não houve diminuição de publicações de artigos científicos, e sim a manutenção de publicações no período da Pandemia da COVID-19 (2020-2021) e/ou aumento da produtividade.

Assim, entendemos que a maioria das cientistas mães tiveram redes de apoio para a realização de tarefas ou que conseguiram se organizar, individualmente, fazendo com que as atividades familiares, durante a Pandemia, não tivessem interferência nas suas respectivas produções acadêmico-científicas.

Outrossim, como é possível observar (Quadro 2), tivemos 05 (cinco) pesquisadoras dentro da modalidade Bolsista Produtividade do CNPq. Todas essas pesquisadoras também tiveram um aumento ou uma manutenção no quantitativo de produções científicas produzidas durante os anos de 2020-2021, quando comparamos aos dois anos anteriores e posteriores a

¹⁰ O *Parent in Science- PIS* surgiu com o intuito de levantar a discussão sobre a maternidade (e paternidade) dentro do universo da ciência do Brasil.

esse período. A partir desse viés, trazemos à tona a fala (abaixo) da entrevistada Ld, em que observamos a realidade de uma das Bolsistas Produtividade do CNPq, que obteve um aumento na quantidade das publicações de artigos científicos. *“E aí, também, quando voltei a trabalhar, após a Licença (maternidade), aí, também ele que aguentava as pontas. Ficava com o X (filho). A gente ficava se revezando. A gente teve que os dois ficar fazendo isso. A gente não pode contar com outras pessoas. Meus pais não moram aqui e o pai do meu marido também esteve doente.”*

A docente Jd, Bolsista Produtividade CNPq, relatou como entendeu o momento da Pandemia e como tratou a questão acerca de suas produções. Essa contou com uma rede de apoio e/ou divisão do trabalho com o companheiro. *“Eu tive bastante publicação, a gente busca [...] Em 2020 e 2021, eu tive 05 (cinco) ou 06 (seis) artigos internacionais publicados por cada ano. Na verdade, todos os canais de publicação estão atulhados. Na nossa área, é assim... Eu recebia 10 (dez) artigos por semana para revisar revistas e eu recusava, porque eu não dava conta. Então, assim, todo mundo trabalhou muito e aí acabou que atulhou. Hoje, a gente tem um gargalo muito grande para conseguir sair as coisas, porque é muito trabalho para pouco espaço de publicação.”*

A fala abaixo é da cientista mãe, Ad, que não era Bolsista Produtividade e que teve o companheiro dividindo as tarefas em família, tendo aumentado a sua produtividade no período analisado. *“A Pandemia auxiliou muito! Eu não podia sair de casa, eu tinha que fazer alguma coisa, antes que eu enlouquecesse. Então, teve muitos artigos que eu fiz. Eu tenho bastante publicação 2021, 2022 e 2019. Ainda, tenho algumas que serão reflexo disso. Então, como eu te disse, da Pandemia eu não tenho muito do que me queixar mesmo. Eu ficava estudando e aproveitei tudo o que eu podia.”*

Quando trazemos os dados acima, não temos a intenção de afirmar que somente os companheiros foram essenciais nesse processo de produção científica. Entendemos que esse aumento na produção acadêmica das pesquisadoras que moravam com seus companheiros enfatizaram o envolvimento, a autonomia e a iniciativa dos pais com relação aos/as filhos/as, o que pode ser observado nas falas supracitadas. Em algumas falas, observamos que emergiram aspectos que dão conta do quão é importante os/as parceiros/as participarem na constituição da maternagem, funcionando como rede de apoio às cientistas que eram mães, o que teve, no nosso entendimento, relação direta no impacto de aumento na produção de artigos acadêmico-científicos.

Houve situações em que as redes de apoio foram desarticuladas e as mães não puderam contar com o recurso de uma outra mulher como a situação relatada por Ad, quando afirma: *“Eu até tinha uma moça que fazia faxina em casa uma vez a cada duas semanas. Porém, com a Pandemia, ela disse que não iria mais. Se apavorou! Então, final de semana, era comigo... Então, quando ele (marido) veio, coloquei todo mundo na faxina, inclusive a minha filha. A gente tentava. Não tinha ninguém que queria trabalhar, em função do medo.”*

Ainda, quando tratamos da questão da produtividade acadêmico-científica das cientistas mulheres, apontamos dados do Relatório Elsevier-Bori¹¹, de março de 2024, o qual indica que a participação de mulheres como autoras e coautoras de publicações científicas no país cresceu 29% nos últimos vinte anos, saltando de 38%, em 2002, para 49%, em 2022.

Entendemos que os dados trazidos pelo referido Relatório vão ao encontro dos dados apontados na presente pesquisa, onde há um possível represamento no número da maioria das publicações das pesquisadoras em 2022, provavelmente, oriundas do período de isolamento social, como as publicações da entrevistada Ed, que se mantiveram em 2018- 14 (catorze) artigos; 2019- 18 (dezoito) artigos; 2020- 11 (onze) artigos; 2021- 13 (treze) artigos; 2022- 13 (treze) artigos.

O Relatório supracitado ainda aponta que “a produção científica com autoras femininas cresceu, inclusive, nas áreas associadas à Ciência, à Tecnologia, à Engenharia e à Matemática (STEM), porém ainda há disparidades nessa participação em diferentes áreas do conhecimento. Os dados apontam que a participação feminina de 2018 a 2022 supera 60% em áreas como Enfermagem (80%), Farmacologia, Toxicologia e Farmacêutica (62%) e Psicologia (61%), enquanto fica abaixo dos 30% em áreas como Matemática (19%), Ciência da Computação (21%) e Engenharia (24%).

O relatório analisou, também, a quantidade de homens e de mulheres que assinaram artigos científicos, revisões e artigos de conferências acadêmicas entre 2002 e 2022, na base de dados *Scopus*, a partir de ferramenta que rastreia gênero, de autoria da Elsevier.

¹¹ Relatório Elsevier-Bori “Em direção à Equidade de Gênero na Pesquisa do Brasil”. Março-2024. Disponível em <https://abori.com.br/relatorios/em-direcao-a-equidade-de-genero-na-pesquisa-no-brasil/>. Acesso em: 08 mar. 2024.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da análise dos dados empíricos deste estudo, problematizamos as práticas sociais que emergem das vivências das cientistas com as quais trabalhamos, reforçando a questão da realização das atividades profissionais no âmbito doméstico, por conta da Pandemia da COVID-19. Assim sendo, identificamos alguns aspectos que reverberaram nas falas das entrevistadas, concernentes ao período vivenciado, tais como: a Pandemia ter sido desafiadora para todas as mulheres sem exceção; culpabilidade das cientistas que eram mães ao tentar aliar à tarefa acadêmica o fato de ter que cuidar do/da filho/a; entendimento de algumas mães de que a relação com o/a filho/a é diferenciada, principalmente, quando os/as filhos/as estão doentes; a Pandemia ter sido um dos piores momentos, porque houve cobrança pessoal das cientistas que eram mães, e também dos/as filhos/as que necessitavam da presença física dessas no ambiente doméstico; fato de as cientistas que eram mães sem rede de apoio terem que se desdobrar para cuidar do aspecto acadêmico-científico e das tarefas domésticas; existência, em alguns casos, de uma rede de apoio – mulheres com outras mulheres/sororidade; evidência de sobrecarga de trabalho mesmo contando, algumas vezes, com ajuda paterna; isolamento social que necessitou ser trabalhado em nível psicológico; adoecimento das docentes em função da sobrecarga de trabalho; busca de alternativas para tentar dar conta das tarefas *on-line* e domésticas; aumento ou manutenção da produtividade de artigos acadêmico-científicos.

Articulando os argumentos apresentados, podemos considerar que as cientistas que eram mães enfrentaram uma série de desafios únicos, como a culpa impingida e naturalizada historicamente às mulheres, na tentativa de equilibrar suas responsabilidades profissionais e familiares. A falta de uma rede de apoio significativa levou algumas dessas mulheres a enfrentarem uma sobrecarga de trabalho esmagadora, resultando até mesmo em casos de adoecimentos físico e mental. A emergência de redes de apoio e o sentimento de sororidade tornaram-se imprescindíveis, tendo em vista a relevância de superar desafios que foram compartilhados no âmbito dos contextos analisados.

Observamos que a sobrecarga de trabalho enfrentada pelas cientistas que eram mães, mesmo em alguns casos com a ajuda paterna, destacou a necessidade de práticas que promovessem uma distribuição mais equitativa das responsabilidades no âmbito familiar, tendo em vista que o isolamento social exacerbou questões de saúde mental dessas mulheres. Ficou evidente a necessidade de compartilhamento de algumas atividades para que se tentasse

tornar o espaço doméstico um lugar onde todos/as pudessem tentar minimamente usufruir de um bem-estar físico e mental, a fim de tentar encarar os desafios incomensuráveis, vividos no período pandêmico.

Esse período desafiador da história nos lembra da necessidade contínua de reconhecer e de valorizar as contribuições das mulheres para o avanço da ciência, ao mesmo tempo em que deve haver o trabalho com políticas públicas para criar ambientes mais inclusivos e equitativos para todos os gêneros na academia e na pesquisa, tendo em vista que ainda ocorra uma menor participação das mulheres na ciência comparada aos homens.

A partir de todo o exposto, dentro da abordagem de que a Pandemia exigiu a transposição de desafios incomensuráveis, entendemos que, nessa época, destacaram-se, de forma exacerbada, as desigualdades de gênero existentes na ciência e na academia.

A desigualdade de gênero na ciência é uma questão urgente a ser tratada e a maternidade desempenha um papel imprescindível nesse contexto. Os últimos anos testemunharam o surgimento de muitas iniciativas, como a do Movimento *Parent in Science*, que provocaram mudanças no tratamento dessa questão, mas há muito ainda a ser realizado.

É primordial o reconhecimento dessas desigualdades para que se possam buscar e discutir mais amplamente ações em termos de políticas públicas que possam dar visibilidade aos trabalhos realizados por mulheres no meio acadêmico-científico. Como já foi discutido neste estudo, é necessário que se possa fazer a inserção da questão de gênero na cultura da ciência, tendo em vista que a comunidade científica é pautada por valores e códigos masculinos, que se constituem como entraves a uma maior participação das mulheres.

Não temos a intenção de, nesta pesquisa, esvaziar as discussões a respeito do tema, tendo em vista que a pesquisa está em andamento e seria prematuro realizar essa análise de forma hermética, justamente por tomar como ponto de partida a pluralidade de contextos existentes, que permeiam os espaços por onde transitam nossas entrevistadas.

Entendemos que o presente estudo possa colaborar com as discussões acerca da presença da mulher cientista na Universidade, reiterando e incentivando a propulsão de debates e estudos sobre questões de gênero e conferindo maior visibilidade à figura feminina, aliada ao advento da maternidade no contexto institucional. Compreendemos que as mulheres precisam ter maior espaço de discussão, principalmente neste momento em que continuam lutando por igualdade e por equidade e que precisam deixar sua marca, fazendo com que sua voz seja efetivamente ouvida.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. Cuidado, interdependência e pandemia. **Coletiva - Revista de Divulgação Científica**, Dossiê 29, p. 01-07, out./nov./dez. 2020. Disponível em: <https://www.coletiva.org/dossie-cuidado-n29-artigo-cuidado-interdependencia-e-pandemia>. Acesso em: 03 jan. 2024.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos>. Acesso em: 24 abr. 2024.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do sexo. Trad. Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: Crocodilo, 2019.

CANDIDO, Marcia Rangel Candido *et al.* As ciências sociais na pandemia da covid-19: rotinas de trabalho e desigualdades. **Sociologia e Antropologia**, v. II, número especial, p. 31-65, ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/yjXdCpFGZvjB8kNh3YPPvCB/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CARPES, Pâmela Billig Mello *et al.* Parentalidade e carreira científica: o impacto não é o mesmo para todos. **Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 01-07, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2237-96222022000200013>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CASTRO, Barbara; CHAGURI, Mariana. Gênero, tempos de trabalho e pandemia: por uma políticacientífica feminista. **Linha Mestra**, v. 41a, p. 23-31, set. 2020. Disponível em: <https://www.lm.alb.org.br/index.php/lm/article/view/388>. Acesso em: 15 jun. 2020.

COLLING, Ana Maria. Inquietações sobre educação e gênero. **Revista Trilhas da História**, v. 4, n. 8, jan./jun, 2015, p. 33-48. Disponível em: <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/687>. Acesso em: 17 abr. 2024.

CORAZZA, Sandra. **Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos**. Caminhos investigativos: novos olhares para a pesquisa em educação. v. 2. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 105-131, 1996.

ELSEVIER-BORI. **Em direção à equidade de gênero na pesquisa do Brasil**. Março de 2024. Disponível em: <https://abori.com.br/relatorios/em-direcao-a-equidade-de-genero-na-pesquisa-no-brasil/>. Acesso em: 08 mar. 2024.

FIGUEIREDO, Roniel Santos; SOUZA, Marcos Lopes de. A construção de caminhos metodológicos pautados em epistemologias pós-críticas. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 14, n. 2, p. 121-139, maio/jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>. Acesso em: 02 jan. 2023.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - UNFPA. **Resumo Técnico: COVID-19 - Um olhar para gênero - Proteção da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos e promoção da igualdade de gênero**. Março de 2020. Disponível em:

https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2020/04/covid19_olhar_genero.pdf. Acesso em: 03 fev. 2024.

HENNING, Paula Corrêa. **Efeitos de sentido em discursos educacionais contemporâneos: produção de saber e moral nas Ciências Humanas**. 2008. 282 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

HAICAULT, Monique. La gestion ordinaire de la vie en deux. **Sociologie du Travail**, Elsevier Masson, ano 26, n. 3, p. 268-277, 1984. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/sotra_0038-0296_1984_num_26_3_2072. Acesso em: 12 mar. 2024.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 9, jan./dez, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/55316>. Acesso em: 16 abr. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 01-14.

MACHADO, Ricardo. O Trabalho das mulheres na pandemia é um fluxo contínuo de atividades que gera sofrimento. Entrevista com Sandra Gemma *et al.* **Revista do Instituto Humanitas - IHU ON-LINE**, n. 548, ano XXI, 7/6/2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/608545-trabalho-das-mulheres-na-pandemia-e-um-fluxo-continuo-de-atividades-que-gera-sofrimento-entrevista-especial-com-sandra-gemma-flavia-de-lima-e-gustavo-bergstroem>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MAGALHÃES, Joanalira Corpes. 2008. **Por que os homens nunca ouvem e as mulheres não sabem estacionar?** Analisando a rede de discursos das neurociências quanto às questões de gênero em alguns artefatos culturais. 2008. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MAPA DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL 2022. 13. ed. São Paulo: Instituto Semesp, 2023. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-12>. Acesso em: 03 abr. 2024.

MARTINS, Letícia Barbieri; SANTOS, Rosemar Ayres dos. Questões de gênero e a violência doméstica contra a mulher em periódicos da área de ensino de ciências. **Revista de Ciências Humanas**, v. 24, n. 3, p. 87-112, set./dez. 2023. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/4506>. Acesso em: 15 abr. 2024.

MELO, Ailton Dias. **Foi ela, aquela que me deste por companheira: problematizações sobre “a culpa da mulher”**. 2021. 231 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2021.

OLIVEIRA, Adriana Vidal; NORONHA, Joanna de. Afinal, o que é “mulher”? E quem foi que disse? **Revista Direito & Práxis**, v. 7, n. 15, p. 741-776, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3509/350947688024.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Relatório Anual da ONU 2022** - Brasil. Editora Brasileira, [Data de publicação não especificada]. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2023-03/ONU_Brasil_Relatorio_Anual_2022.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE - OPAS. **Guia Preliminar**: como lidar com os aspectos psicossociais e de saúde mental referentes ao surto de COVID-19 Versão 1.5. Março 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/documents/interim-briefing-note-addressing-mental-health-and-psychosocial-aspects-covid-19-outbreak>. Acesso em: 18 mar. 2024.

PIMENTA, Denise. Homens e mulheres são afetados de forma diferente por epidemias?: o caso da Covid-19 no Brasil. *In*: FERREIRA, Cristina Araripe; MACHADO, Cristiani Vieira (orgs.). **Dossiê temático Mulheres e Meninas na Ciência**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, SUS, MS, 2022. p. 264. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/dossie_mulheres_e_meninas_na_ciencia_final_2.pdf. Acesso em: 20 abr. 2024.

PIMENTA, Denise. Pandemia é coisa de mulher: breve ensaio sobre o enfrentamento de uma doença a partir das vozes e silenciamentos femininos dentro das casas, hospitais e na produção acadêmica. **Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, n. 1, p. 08-19, jan./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.15210/tes.v8i0.18900>

RODRIGUES, Maria Rozana. **Relações de gênero, poder e resistências**: narrativas de mulheres cientistas no continente antártico. 2021. 156 f. Tese (Doutorado em Educação em Ciências) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2021.

REZNIK, Gabriela. **Pertencimento, inclusão e interseccionalidade**: vivências de jovens mulheres em projetos orientados por equidade de gênero na educação e divulgação científica. 2022. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

RIBEIRO, Paula Regina C.; ÁVILA, Dárcia A. Sujeitos, histórias, experiências, trajetórias: a narrativa como metodologia na pesquisa educacional. *In*: SILVA, Gisele R.; HENNING, Paula C. (orgs.). **Pesquisas em Educação**: experimentando outros modos investigativos. Rio Grande: Editora da FURG, 2013. p. 71-78.

SCHIEBINGER, Londa. Mais mulheres na ciência: questões de conhecimento. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 15, supl., p. 269-281, jun. 2008.

SILVA, Fabiane Ferreira da. **Mulheres na ciência**: vozes, tempos, lugares e trajetórias. 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Ciência da Computação) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. A inserção das mulheres na ciência: narrativas de mulheres cientistas sobre a escolha profissional. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 171-191, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3846>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A entrevista na pesquisa em educação: uma arena de significados. *In*: COSTA, Marisa Vorraber. **Caminhos Investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. p. 118-142.

STANISCUASKI, Fernanda. **Feminismos**: Carreira e Família [Vídeo]. Lúmina UFRGS, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5Nk764_ER60&t=274s. Acesso em: 20 mar. 2023.

UNFPA - FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resumo Técnico**: COVID-19 - Um Olhar para Gênero - Proteção da Saúde e dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e Promoção da Igualdade de Gênero. Março de 2020.

WENHAM, Clare *et al.* Women are most affected by pandemics: lessons from past outbreaks. *Nature*, v. 583, n. 7815, p. 194-198, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32641809>. Acesso em: 02 dez. 2023.

SOBRE AS AUTORAS

Susana da Mata Ramos Geppert

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande (PPGEC/FURG). Servidora da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Integrante do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola – GESE, atuando no campo do “Gênero e Ciência” e dos estudos Feministas, nas suas vertentes pós-estruturalistas. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGECi/UFRGS). Mestre em Linguística. Graduada em Letras e Graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Especialista em História do Rio Grande do Sul, pela mesma Instituição. <http://lattes.cnpq.br/9161964244184502>.

E-mail: susanageppert@gmail.com

Paula Regina Costa Ribeiro

Professora titular do Instituto de Educação e do Programa de Pós-Graduação Educação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande – Furg. Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Pós-Doutora pela Escola de Educação de Coimbra. Editora da Revista Diversidade e Educação. Líder do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola (Gese), atuando principalmente nos seguintes temas: corpos, gêneros e sexualidades. Bolsista produtividade 1C do CNPq. <http://lattes.cnpq.br/0516745823012125>.

E-mail: pribeiro.furg@gmail.com